

Análise do discurso e/ou análise de conteúdo

Maria Emília Amarante Torres Lima*

RESUMO

Neste artigo fazemos algumas considerações sobre análise de conteúdo e análise do discurso, sobretudo do ponto de vista conceitual e metodológico. Apresentamos conceitos básicos da análise do discurso francesa, iniciada por Michel Pêcheux em 1969, baseada no materialismo histórico, na linguística e na psicanálise. Aqui o sujeito deixa de ser a origem do discurso, para se inserir em processos social, ideológico e discursivo já dados. Trabalhamos sobretudo com conceitos de interdiscurso e intradiscurso, heterogeneidade, condições de produção, pré-construído etc.

Palavras-chave: Análise de conteúdo; Análise do discurso; Interdiscurso; Intradiscurso; Sujeito.

“Análise do discurso” tornou-se uma expressão que por vezes aterroriza os meios acadêmicos, quase sempre sob o pretexto de que “é muito complicada”. Quantos estudantes já me disseram isso, acrescentando: “Quero fazer análise de conteúdo...”.

Para responder a esta questão, considerei oportuno apresentar, neste texto, as posições teóricas e conceitos de análise do discurso (refiro-me aqui basicamente à análise do discurso francesa pensada e iniciada por Michel Pêcheux), após uma breve reflexão sobre a análise de conteúdo.

Parece-nos importante observar que, antes de uma escolha metodológica, temos uma pergunta sobre nosso objeto de estudo. Só depois que a pergunta inicial que formulamos for trabalhada e elaborada tomaremos nossa direção, sem deixar o barco à deriva. Ao mesmo tempo, a direção que tomaremos (a metodologia) questionará nossa pergunta inicial, e esta, nosso método.

• Texto recebido em abril de 2003 e aprovado para publicação em maio de 2003.

* Socióloga, Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris VI, Professora Adjunto II da Universidade Federal de Minas Gerais. e-mail: meatlima@terra.com.br.

Nesse sentido, gostaríamos de acrescentar, já nesse momento, que não consideramos excludentes os dois tipos de análise, ou seja, um *corpusse* presta aos dois tipos de análise, dependendo da pergunta inicial que fizemos. Estaremos, como pesquisadores, em movimento, terminando o texto com mais questões do que respostas, o que nos parece positivo.

ANÁLISE DE CONTEÚDO E ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso tem definições bem variadas e bastante amplas, como “a análise do uso da língua”, “o estudo do uso real da língua, pelos locutores reais em situações reais”. Sobretudo nos países anglo-saxões, muitos aproximam a análise do discurso da análise conversacional, considerando o discurso como uma atividade fundamental interacional.

Essas definições, bastante vagas, dificultam a distinção da análise do discurso de outras disciplinas que também estudam o discurso. Maingueneau (1998, p. 13-14) prefere especificar a análise do discurso como a disciplina que, em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si, ou uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, visa articular sua enunciação sobre certo lugar social. Ela está, portanto, relacionada aos gêneros de discurso trabalhados nos setores do espaço social (um café, uma escola, uma loja...) ou aos campos discursivos (político, científico...).

O termo “lugar” diz respeito à identidade dos parceiros do discurso. Michel Pêcheux (1969, p. 18) opõe o lugar que se refere a *status*socioeconômicos “dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos” (patrão, empregado...) às “formações imaginárias, isto é, a imagem que os participantes do discurso fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Essas “formações imaginárias” são subentendidas por questões implícitas: “Quem sou eu para falar-lhe assim?”, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, “Quem sou eu para que me fale assim?”, “Quem é ele para que me fale assim?”. A análise do discurso deve isolar as relações complexas entre esses lugares e essas formações imaginárias.

Michel Pêcheux, o teórico mais representativo da análise do discurso francesa, propõe uma relação entre o termo discurso e a descentralização do sujeito. Esta análise emergiu nos anos 1960, e sobre ela nos deteremos com mais detalhes, dada a sua relevância, largamente constatada em nossa prática de análise do discurso. Uma série de pesquisadores lingüistas e historiadores utilizaram uma metodologia que associava a lingüística estrutural a uma “teoria da ideologia”, inspirada, ao mesmo tempo, na releitura da obra de Marx por Althusser e na psicanálise de Lacan.

Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e a lingüística, evitando reduzir o discurso à análise da língua ou, ao contrário, dissolver o discursivo no ideológico. Denunciando a ilusão que tem o Sujeito do discurso de estar “na origem do sentido”, a escola francesa privilegia os procedimentos “analíticos”, que desestruturam os textos: trata-se de

fazer aparecer o discurso como plenitude enganosa, cuja análise deve revelar a “inconsistência” fundamental, relacionando-o ao trabalho de forças inconscientes.

É preciso ressaltar que uma das noções fundadoras da análise do discurso francesa é a de “condições de produção”. Advinda da psicologia social, foi reelaborada por Pêcheux, no campo da análise do discurso, para designar não somente o meio ambiente material e institucional do discurso (tendo ela aqui uma relação com a noção de “lugar”), como vimos, mas ainda as representações imaginárias que os interagentes fazem de sua própria identidade, assim como do referente de seus discursos (Pêcheux, 1969, p. 16-23). Essas representações imaginárias se constituem através do que já foi dito e do que já foi ouvido (“pré-construído”) (noção que veremos mais tarde). Para Pêcheux, elas são ilusórias, pois o vivido dos sujeitos é “informado, constituído pela estrutura da ideologia” que o determina (Pêcheux; Fuchs, 1975, p. 24).

No que concerne à análise de conteúdo, tomamos como referência, no presente texto, o livro de Laurence Bardin intitulado **Análise de conteúdo** (1977, p. 9-10); a citação do prefácio é um pouco longa, mas essencial para apresentação da análise de conteúdo por aqueles que a consideram a análise “ideal” de textos:

O que é análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de freqüências que fornece dados cifrados até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de “desocultação”, responde a esta atitude de *voyeur* de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por essa dupla leitura, em que uma segunda leitura substitui a leitura “normal” do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião...

Indicaremos, no momento, apenas alguns problemas que se colocam a partir da leitura de um extrato desse prefácio: o que quer dizer aí “discursos” (conteúdos e continentes)? Lembremos novamente que o termo “discurso” é um conceito baseado em toda uma reflexão teórica elaborada por Michel Pêcheux. Foi justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que ele fez intervir o discurso e tentou elaborar, teoricamente, conceitualmente e empiricamente, uma concepção original sobre este. Além disso, segundo Pêcheux, o instrumento da prática política é o discurso, ou, mais precisamente, a prática política, que tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais, reformulando a demanda social, o que nos parece ser indiferente aos analistas de conteúdo.

O que seria a “fecundidade da subjetividade” na análise de conteúdo? Na análise do discurso francesa, a noção de sujeito é bem clara, a partir dos conceitos de discurso e dos esquecimentos número um e número dois, que veremos a seguir. O conceito de “dis-

curso” apareceu com o questionamento da célebre dicotomia fundadora língua/fala, que colocava a língua como realidade social e a fala como realidade individual. A língua seria então um conjunto de regras sistematizadas, enquanto a fala suporia a autonomia do sujeito falante na condição de sujeito psicológico.

O conceito de “discurso” veio destituir o sujeito falante de seu papel central, para integrá-lo ao funcionamento de enunciados, e não mais como “sujeito produzindo sentido”; os textos produzidos são abordados a partir das condições de possibilidade de articulação com um “exterior”, por exemplo, as formações ideológicas. (Nesse sentido, consideramos que Pêcheux, Althusser, Foucault e outros, acusados de matar o sujeito, o colocaram apenas no seu devido lugar, bastante diferente do sujeito da análise de conteúdo).

Ainda sobre a questão da subjetividade, as duas noções de esquecimento que explicitaremos abaixo nos parecem aqui de grande importância: Pêcheux refere-se a uma “teoria da subjetividade de natureza psicanalítica” e com especial relevo a Lacan, para precisar o caráter recalcado da matriz do sentido. Os processos discursivos realizam-se no sujeito, mas não podem ter nele sua origem, mesmo se este tiver “a ilusão de estar na origem do sentido”. A prática subjetiva ligada à linguagem é marcada por dois níveis de recalca-mento: o que Pêcheux (1975, p. 7-80) nomeia como “esquecimento número um” e “esquecimento número dois”.

O esquecimento número um designa paradoxalmente o que nunca foi sabido e que, portanto, toca de mais perto o “sujeito que fala”, na estranha familiaridade que ele mantém com as causas que o determinam... em completa ignorância de causa. Orlandi (1999, p. 34-36) esclarece que esse esquecimento

... também chamado esquecimento ideológico, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. (...) Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história, e é por isto que significam, e não pela nossa vontade.

O esquecimento número dois é uma ocultação parcial. Caracteriza uma zona acessível para o sujeito, se este faz um retorno sobre seu discurso (por exemplo, a pedido do interlocutor). Na medida em que o sujeito se retoma para se auto-explicar o que diz, para aprofundar “o que pensa” e para formulá-lo de modo mais adequado, pode dizer-se que essa zona número dois, que é a do processo de enunciação, é caracterizada por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Ele é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira, e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.

Esse “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras, e não outras. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa. Mas esse é um esquecimento parcial, semiconsciente, e

muitas vezes nos voltamos sobre ele, recorremos a essa margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos. É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos.

Voltando ao prefácio de Bardin sobre análise de conteúdo, perguntemos: o que é esse “não-dito” (retido por qualquer mensagem)? Tal pergunta supõe que todo “discurso” (ou mensagem, no presente caso) é feito para comunicar; ora, lembremos brevemente a frase de Pêcheux: “A linguagem serve para comunicar e não comunicar...”. E, como veremos posteriormente, a análise do discurso se interessa pela linguagem tomada como prática: mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação, embora procuremos nela “uma mensagem”. Mas, enquanto a análise de conteúdo se atém à transparência”, a análise do discurso procura o significado, o efeito de sentidos do que é dito e não dito, seja decorrente do esquecimento 1 (estruturante) ou do 2, parcial, semiconsciente.

O que seria “o rigor da objetividade” e “o rigor científico” senão aqueles definidos pelo positivismo ou neopositivismo? “A tarefa paciente de desocultação”, que responde a uma “atitude de *voyeur*” por parte do analista da análise de conteúdo, nada tem a ver com a atitude de interpretação do analista da análise do discurso.

Em seu livro **Análise automática do discurso** (AAD 69) (1969, p. 62), Michel Pêcheux dedica a primeira parte a considerações sobre “Análise de conteúdo e teoria do discurso”, lembrando-nos a já mencionada ruptura da lingüística feita por Saussure, que colocou a língua como um sistema, deixando então a lingüística de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; torna a lingüística um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento. Assim, na metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure para pensar o objeto da lingüística, não se deve procurar o que cada parte significa, mas as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não.

A conseqüência desse deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste em que o “texto”, de modo algum, pode ser o objeto pertinente para a ciência lingüística, como na análise de conteúdo, pois ele não funciona; o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto: a língua, como objeto de ciência, se opõe à fala como resíduo não-científico da análise. Como disse Saussure, separando a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: o que é social do que é individual; e o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental.

Segundo Pêcheux, o estudo da linguagem, que havia de início almejado o estatuto de ciência da expressão e de seus meios, pretendendo tratar de fenômenos de grande dimensão, se curvou à posição que é ainda hoje o lugar da lingüística. Mas, como é de regra na história da ciência, a inclinação pela qual a lingüística constituiu sua cientificidade deixou a descoberto o terreno que ela estava abandonando, e a questão que a lingüística teve que deixar de responder continua a se colocar, motivada por interesses a um só tempo teóricos e práticos:

- “O que quer dizer este texto?”
- “Que significação contém este texto?”

São a essas diferentes formas da mesma questão que várias respostas foram fornecidas pelo que chamamos análise de conteúdo e, às vezes também, análise de texto.

Pêcheux (1969, p. 64-66) examina em seguida os diferentes tipos de resposta dadas a essas questões, distinguindo os métodos não-lingüísticos (pré-saussurianos), como o método da dedução freqüencial e a análise por categorias temáticas, e, por outro lado, os métodos para-lingüísticos (que se referem à lingüística moderna e tentam dar uma resposta à questão do sentido contido em um texto).

Poderíamos dizer que, na análise de conteúdo, parte-se da exterioridade para o texto, enquanto na análise do discurso francesa, ao contrário, procuramos conhecer essa exterioridade pela forma como os sentidos se trabalham no texto, em sua discursividade. No que diz respeito ao social, não são os traços sociológicos empíricos, mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso (a imagem que se faz de um operário, de um presidente, de um pai, etc). (Ver, a esse respeito no livro **A Construção discursiva do povo brasileiro** [Lima, 1990], os discursos de Primeiro de Maio do presidente Getúlio Vargas, em que este último se atém à *mise en scène* discursiva de um encontro do Estado brasileiro com os trabalhadores, construindo discursivamente a noção de povo e a noção de povo brasileiro através do populismo).

Quanto ao ideológico, lembra Orlandi (1996, p. 30) que é aí que melhor podemos apreciar a diferença entre a AD e a análise de conteúdo, que ela define como “método clássico de análise de linguagem que trata dos conteúdos da linguagem, dos conteúdos da ideologia”. Na AD se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia, e não com seus conteúdos. Lembra a autora que, na perspectiva da AD, a ideologia não é “x”, mas o mecanismo de produzir “x”. No espaço que vai da constituição dos sentidos (o “interdiscurso”) à sua formulação (“intradiscurso”), intervêm a ideologia e os efeitos imaginários (noções que veremos mais adiante).

Há, podemos dizer, um deslocamento, para não separar forma e conteúdo. A AD trabalha a forma material (em que o conteúdo se inscreve), e não a forma abstrata, aquela que perpetuava a divisão: forma (lingüística) e conteúdo (ciências sociais). Ela desloca a análise de conteúdo como instrumento clássico de estudo da linguagem para as ciências sociais, colocando-se em seu lugar com a noção de discurso definido como efeito de sentidos entre locutores. Essa definição traz para a linguagem, nos lembra Orlandi (1996, p. 32), a questão de sua forma material, que é lingüística e histórica. Esclarece a autora que

não se está negando aqui o corte saussureano. Nem se está propondo que se some simplesmente o lingüístico ao histórico, ao social, produzindo-se um “objeto total”. Ao contrário, reconhecendo-se a impossibilidade dessa soma, a proposta é uma mudança de terreno teórico que não pretenda justamente tapar a falta, transpor o impossível da língua e o impossível da história, mas trabalhar essa impossibilidade.

Assim, duas grandes diferenças podem ser detectadas entre análise de conteúdo e AD: a primeira consiste em considerar, na análise de conteúdo, os conteúdos das palavras, e não o funcionamento do discurso na produção de sentidos, como na AD, podendo-se assim explicitar o mecanismo ideológico que o sustenta, ao que chamamos compreensão,

ou seja, a explicitação do modo como o discurso produz sentidos. A segunda diferença diz respeito à suposição de transparência das palavras na análise de conteúdo.

Essa transparência, que poderíamos atravessar para atingir os “conteúdos”, é posta em causa pela AD, ao considerar o imaginário como produtor desse efeito e restituir a opacidade do texto ao olhar do leitor. Na AD propõe-se trabalhar a ilusão do sujeito como origem e a da transparência da linguagem e dos sentidos; compreende-se também a história não como sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em seqüência cronológica, mas como fatos que reclamam sentidos, cuja materialidade não é possível de ser apreendida em si, mas no discurso.

Poderíamos dizer, sucintamente, que o que interessa ao analista do discurso não é a classificação, mas o funcionamento; ou ainda, como diz Orlandi (1996, p. 57), “Não nos interessa, nessa perspectiva discursiva, a organização do texto. O que nos interessa é o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e à das coisas: a sua materialidade”.

Finalmente, a análise de conteúdo procura extrair sentidos dos textos, como *voyeur*, como vimos no início, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? A AD, como vimos, considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: “como” esse texto significa.

CONCEITOS BÁSICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

No universo discursivo, isto é, no conjunto dos discursos que interagem em um dado momento, a análise do discurso segmenta campos discursivos, espaços em que “formações discursivas” estão em relação de concorrência no sentido amplo, delimitam-se reciprocamente. Em geral, o analista não estuda a totalidade de um universo discursivo, mas ele extrai dela um subconjunto, que podemos denominar *corpus*, constituído de pelo menos dois posicionamentos discursivos, mantendo relações particularmente fortes.

Já no início do nosso trabalho de constituição do nosso *corpus*, no universo discursivo nos deparamos com problemas de restituição de termos (mais ou menos longos) que aparecem no discurso como “endófora” (Maingueneau, 1998, p. 51-52). A endófora recobre as relações de “anáfora” e de “catáfora”, ou seja, os diversos fenômenos de retomada de um segmento por outro, num mesmo conjunto textual. Ela tem um papel essencial na coesão textual. Empregado estritamente, o termo anáfora designa a retomada de um segmento por outro situado depois; ele se opõe à catáfora, relação na qual o segmento que retoma é situado antes daquele que ele retoma.

A endófora pode ser gramatical (retomada por um pronome, em partitular) ou lexical (retomada de uma unidade lexical por outra unidade lexical). Distinguimos também a endófora segmental e a endófora restauradora. A primeira retoma uma unidade inferior à frase (por exemplo, um grupo adjetival); a segunda retoma, condensando, uma unidade de tamanho pelo menos igual à frase.

O estudo das endóforas lexicais é de grande interesse para a análise do discurso, pois permite, em particular, pôr em evidência opções ideológicas implícitas.

Formação discursiva (Maingueneau, 1998, p. 67-69)

Quando fizemos referência à constituição de *corpus*, utilizamos a noção de formação discursiva (empregada essencialmente na escola francesa) introduzida por Foucault (1969, p. 53) para designar conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. Dessa forma, Foucault procurava contornar as unidades tradicionais como “teoria”, “ideologia”, “ciência”. Mas foi com Pêcheux que essa noção entrou na análise do discurso. No quadro teórico do marxismo althusseriano, ele adiantava que toda

“formação social”, passível de se caracterizar por uma certa relação entre classes sociais, implica a existência de “posições políticas e ideológicas, que não são o feito de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”.

Essas formações ideológicas incluem uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um semão, de um panfleto, de uma exposição oral, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada. Essa tese tem uma incidência sobre a semântica, pois as palavras mudam de sentido, passando de uma formação discursiva a outra.

A maneira pela qual apreendemos as “formações discursivas” oscila entre uma concepção contrastiva, em que cada uma é pensada como um espaço autônomo que pomos em relação a outros, e uma concepção “interdiscursiva”, para a qual uma formação discursiva só se constitui se se mantém através do “interdiscurso”. Opomos a formação discursiva como sistema de regras à superfície discursiva. Vejamos, com mais detalhes estas duas noções de “interdiscurso” e “intradiscurso”.

O “intradiscurso” opõe-se ao “interdiscurso” como as relações entre os constituintes do discurso opõem-se às relações desse discurso com outros. Mas é preciso recusar toda representação que oporia um “interior” a um “exterior” do discurso como dois universos independentes. As problemáticas do “dialogismo” ou da “heterogeneidade constitutiva” mostram que o “intradiscurso” é atravessado pelo “interdiscurso”.

Podemos dizer que o interdiscurso está para o discurso assim como o intertexto está para o texto. O interdiscurso seria assim um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos, de épocas diferentes...), ou seja, uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagonistas. Se consideramos um discurso particular, podemos também chamar interdiscurso o conjunto das unidades discursivas com as quais ele entra em relação. Segundo o tipo de relação interdiscursiva que privilegiamos, pode-se tratar dos discursos citados, dos discursos anteriores de mesmo gênero, dos discursos contemporâneos de outros gêneros, etc. O interdiscurso pode dizer respeito a unidades discursivas de dimensões bem variáveis.

A memória, por sua vez, como diz Orlandi (1999, p. 31-32), tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do “pré-construído”, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

O “interdiscurso” disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Tudo o que já se disse sobre um tema e seus correlatos está, de certo modo, significando ali, interpelando os sujeitos. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que é dito em algum lugar e trazem diferentes “pressupostos”. A forma desse dito (ou escrito) acaba por trazer, ela também, uma memória, ao invés de rompê-la colocando-se fora dela, falando com outras palavras.

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia. Deduz-se daí que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação.

Podemos explicitar essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical em que teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso –, que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação).

Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal, para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e da história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória, para que, passando para o “anominato”, possa fazer

sentido em “minhas” palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), “fala uma voz sem nome”.

Se tanto o interdiscurso como o intertexto mobilizam o que chamamos relações de sentido, no entanto o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos. Nessa relação, a intertextual, o esquecimento não é estruturante, como o é para o interdiscurso. Parece-nos oportuno lembrarmos do “pressuposto”, a que fizemos referência anteriormente.

O fenômeno da pressuposição faz aparecer, no interior da língua, todo um dispositivo de convenções e de leis, que deve ser compreendido como um quadro institucional regendo o debate dos indivíduos. O implícito tem uma dupla utilidade: exprimir alguma coisa sem arriscar ser considerado como responsável por tê-la dito, mas também adiantar uma idéia, subtraindo-a a eventuais objeções. A pressuposição seria uma forma do implícito, permitindo dizer alguma coisa fazendo de conta que não estivesse sendo dita.

Os pressupostos se encontram introduzidos nos discursos como evidências incontestáveis, o que não quer dizer que eles sejam afirmados como evidentes. Por sua posição “externa” ao encadeamento do discurso, o pressuposto aparece como fora de questão. Pressupor uma idéia é construir um discurso no qual ela não será colocada em questão, e é o “engendramento” mesmo do discurso que fundamenta essa aparente necessidade de pressuposto.

Ultimamente, noções como, “dialogismo”, “heterogeneidade”, “pré-construído”, têm trazido importantes contribuições para o desenvolvimento da análise do discurso e, como veremos, recorrem às noções de formação discursiva e do funcionamento intradiscursivo e interdiscursivo.

Dialogismo (Maingueneau, p. 41-42)

Na retórica, esse termo designava o procedimento que consiste em introduzir um diálogo fictício em um enunciado. Em análise do discurso, ele é utilizado, após Bakhtin, para referir-se à dimensão profundamente interativa da linguagem, oral ou escrita. O locutor não é um Adão, como diz Bakhtin, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto em que se encontram as opiniões de interlocutores imediatos (numa conversação ou numa discussão sobre qualquer acontecimento da vida corrente) ou ainda as visões do mundo, as tendências, as teorias (na esfera da troca cultural), etc. Mas Bakhtin emprega também dialogismo no sentido de intertextualidade.

Heterogeneidade (Mostrada vs. Constitutiva) (Maingueneau, 1998, p. 78-80)

Um discurso quase nunca é homogêneo: mistura diversos tipos de seqüências, passa do plano embreado ao plano não embreado, deixa transparecer de maneira bastante variável a subjetividade do enunciador, etc. (Lembremos, brevemente, que “embreados”

são unidades lingüísticas cujo valor referencial depende do ambiente espaço-temporal de sua ocorrência). Dentre os fatores de heterogeneidade, devemos atribuir um papel privilegiado à presença de discursos “outros” num discurso. Sobre esse ponto, Authier-Revuz (1982) introduziu uma distinção amplamente utilizada entre heterogeneidade mostrada (ou representada) e heterogeneidade constitutiva: Heterogeneidade mostrada: corresponde a uma presença detectável de um discurso outro ao longo do texto. Mas devemos distinguir entre as formas não marcadas dessa heterogeneidade e suas formas marcadas (ou explícitas). As formas não marcadas são identificáveis sobre a base de índices textuais diversos ou graças à cultura do co-enunciador (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche...). As formas marcadas são assinaladas de maneira unívoca. Pode-se tratar de discurso direto ou indireto, de aspas, de glosas que iniciam uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz.

Heterogeneidade constitutiva: o discurso é dominado pelo interdiscurso. Assim, o discurso é não apenas um espaço em que vem se introduzir o discurso outro, ele é constituído através de um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de citação, alusão, etc. Essa tese toma diversas figuras, segundo os autores; em Pêcheux (1975, p. 146), a dupla referência à psicanálise e à concepção althusseriana da ideologia funda a primazia do interdiscurso sobre cada formação discursiva: “O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que aí se forma, a objetividade material e contraditória do interdiscurso, determinando essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que ‘isso fala’ sempre ‘antes, alhures e independentemente’, quer dizer, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (‘pré-construído’)”. Voltamos à psicanálise lacaniana: o sujeito é irredutivelmente dividido, dividido pelo inconsciente, mas ele vive na ilusão necessária da autonomia de sua consciência e de seu discurso.

O que seria então o “pré-construído”, noção introduzida por Pêcheux?

Distinguímos, segundo Maingueneau (1998, p. 114-115), duas dimensões no discurso: aquilo sobre o que ele se apóia, que ele apresenta como natural, como subtraído à asserção do enunciador (o “pré-construído”), e aquilo que ele pretende trazer, o que ele constrói a partir daí. O pré-construído tem um alcance mais amplo que o pressuposto, que ele integra: por exemplo, certos enunciados anteriores mantidos no interior da mesma formação discursiva ou numa formação adversa.

Pêcheux (*apud* Malidier, 1990, p. 43) define-o como “os traços no discurso de elementos discursivos anteriores dos quais esquecemos o enunciador”. A esses traços associa-se, para o sujeito, um efeito de evidência: grupos nominais com artigos definidos, apostos, nominalizações, etc. O pré-construído foi, em seguida, reformulado como traço do interdiscurso no intradiscurso. Ele foi, assim, associado a uma das teses essenciais da escola francesa, a de uma “dissimulação” do interdiscurso pelo discurso. De maneira mais vaga, o termo pré-construído emprega-se para designar qualquer conteúdo admitido numa coletividade.

CONCLUSÃO

Após essa breve apresentação dos conceitos básicos para se compreender e realizar uma análise do discurso, lembremos, com Orlandi (1999, p. 27), que, como a pergunta inicial é de responsabilidade do pesquisador, é essa responsabilidade que organiza sua relação com o discurso, levando-o à construção de “seu” dispositivo analítico, optando pela mobilização desses ou daqueles conceitos, desse ou daquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão. Portanto, sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico.

Fazemos também mais uma vez referência a Maingueneau, segundo o qual, para compreender um enunciado, não basta para um sujeito mobilizar sua competência lingüística; ele deve também apelar para um saber enciclopédico, isto é, o conhecimento do mundo que ele adquiriu. Esse saber varia de indivíduo para indivíduo, e é aberto: enriquecemo-lo continuamente.

O pescador, quando sai para o mar, leva consigo os instrumentos de que necessita para sua pesca, sejam eles redes ou anzóis, de diferentes concepções, dependendo do seu “saber” e do objeto de sua pesca. Assim é o pesquisador que sai para a aventura de pescar no discurso seus significados e seu funcionamento.

Neste sentido, gostaríamos de deixar claro, mais uma vez, que a análise de conteúdo e a análise do discurso não se excluem, mas trazem resultados diferentes sobre os *corpus* de trabalho, como a rede e o anzol jogados nesse mar turbulento, por vezes calmo, ambíguo, e que por vezes se silencia (silencia o quê?), trazem diferentes elementos para a terra.

Assim é o discurso, transparente e opaco, cheio de sementes e semânticas dando a ilusão de completude; nesse discurso, seu deslocamento, imbricações, falhas e faltas explícitas e implícitas são como processos de produção heterogênea, significâncias. Águas claras, espumas, águas com diversas tonalidades, ocupando toda uma superfície profunda. É assim o discurso: ambíguo, traiçoeiro, fiel, com falhas, cheio de enigmas, procuramos nele um sentido coerente ou não, queremos desvendar seu segredo, “compreendê-lo”, apreendê-lo, torná-lo presa de nosso intelecto. Mas o discurso se esvai, toma seu curso, e parece que nossos recursos se tornam impotentes diante de sua soberania. Fazer o quê? Que tal, ao invés de dominá-lo, competir com sua imponência, navegarmos nessas águas significantes, interromper, romper seu curso, acompanhar seu movimento, como pesquisadores sempre em movimento?

ABSTRACT

This article consists of considerations about Content Analysis and Discourse Analysis, from the conceptual and the methodological points of view. It presents basic concepts of the French Discourse Analysis, started by Michel Pêcheux in 1969, based on historical materialism, on linguistics and on psychoanalysis. Here the subject ceases being the origin of discourse, and gets inserted into already given social, ideological and discursive processes. Concepts of interdiscourse, intradiscourse, heterogeneity, production conditions, the pre-constructed, etc., are also taken into account.

Key words: Content analysis; Discourse analysis; Interdiscourse; Intradiscourse; Subject.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Repères dans le champ du discours rapporté. In: *L'Information Grammaticale*. n. 55, p. 38-42. Paris, 1992.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

COURTINE, J. J. *Définitions d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours in philosophiques*. v. IX, n. 2. Paris, 1984.

LIMA, Maria Emília A. T. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de Primeiro de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Tradução do livro *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil, 1996).

MALDIDIER, Denise. *L'inquiétude du discours, textes de M. Pêcheux, choisis et présentés par D. Maldidier*. Paris: Editions des Cendres, 1990.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Les vérités de la palice*. Paris: Maspero, 1975.

PÊCHEUX, Michel.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. In: *Langages*, n. 37, 1975. Artigo traduzido e publicado: A propósito da análise do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.